

O que é alimentação sustentável no Brasil? Acesso, saúde e reconhecimento como aspectos relevantes para atores institucionais do sistema alimentar. Uma pesquisa de campo

What is sustainable food in Brazil? Access, health and recognition as relevant aspects for institutional actors in the food system. A field research

¿Qué es la alimentación sostenible en Brasil? Acceso, salud y reconocimiento como aspectos relevantes para los actores institucionales del sistema alimentario. Una encuesta de campo

Rita de Cassia Monteiro Afonso | afonso.m.rita@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3885-6237>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luiza Farnese Lana Sarayed-Din | luiza.sarayed@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3564-2209>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cristine Clemente de Carvalho | cristine.c.carvalho@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1201-1797>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Roberto Bartholo | bartholo.roberto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2258-2198>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebimento do artigo: 31-maio-2022

Aceite: 16-julho-2022

AFONSO, R. C. M. *et al.* O que é alimentação sustentável no Brasil? Acesso, saúde e reconhecimento como aspectos relevantes para atores institucionais do sistema alimentar. Uma pesquisa de campo. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. ISSN 2763-9029. Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 64-79, jun. 2022.



RESUMO

O artigo apresenta resultados de pesquisa qualitativa sobre consumo sustentável de alimentos, compreendendo levantamento bibliográfico e análise de 30 entrevistas com atores representantes de setores-chave do sistema alimentar do país, buscando identificar a forma como entendem o consumo sustentável de alimentos. Os resultados demonstram que a concepção de sustentabilidade na alimentação se apoia principalmente em três discursos, não excludentes: acesso, saúde e re-conhecimento. O consumo sustentável na alimentação ocorre na medida em que todos os brasileiros tenham acesso a alimentos saudáveis diariamente, em termos de distribuição, qualidade e preço e está associada tanto à valorização da cultura alimentar tradicional quanto a desafios de acesso à informação sobre os alimentos. As descobertas da pesquisa fornecem elementos para o debate sobre políticas públicas e estratégias de produção e distribuição de alimentos e aprimoram nossa compreensão sobre o conceito de consumo sustentável de alimentos em meio às práticas cotidianas, discursos e contextos institucionais no Brasil.

Palavras-chaves: Gastronomia; Consumo sustentável de alimentos, Alimentação sustentável, Sistema alimentar brasileiro, Consumo ético.

ABSTRACT

The paper presents qualitative research results on sustainable food consumption, comprising a bibliographic research and analysis of 30 interviews with actors representing key sectors of the country's food system, seeking to identify how they understand sustainable food consumption. The results show that the concept of sustainability in food is mainly based on three non-exclusive discourses: access, health and recognition. Sustainable consumption in food occurs to the extent that all Brazilians have access to healthy food daily, in terms of distribution, quality and price, and is associated with both the appreciation of traditional food culture and challenges in accessing food information. The research findings provide elements for the debate on public policies and food production and distribution strategies and improve our understanding of the concept of sustainable food consumption in the midst of everyday practices, discourses and institutional contexts in Brazil.

Keywords: Gastronomy; Sustainable food consumption, Sustainable food, Brazilian food system, Ethical consumption.

RESUMEN

El artículo presenta los resultados de una investigación cualitativa sobre el consumo sostenible de alimentos, que comprenden un levantamiento bibliográfico y el análisis de 30 entrevistas con actores que representan sectores claves del sistema alimentario del país, buscando identificar como entienden el consumo sostenible de alimentos. Los resultados muestran que el concepto de sostenibilidad en la alimentación se basa principalmente en tres discursos no excluyentes: acceso, salud y reconocimiento. El consumo sostenible en alimentos ocurre en la medida en que todos los brasileños tengan acceso a alimentos saludables en el día a día, en términos de distribución, calidad y precio, y está asociado tanto a la valorización de la cultura

alimentaria tradicional como a los desafíos en el acceso a la información alimentaria. Los hallazgos de la investigación brindan elementos para el debate sobre políticas públicas y estrategias de producción y distribución de alimentos, y mejoran nuestra comprensión del concepto de consumo sostenible de alimentos en medio de prácticas cotidianas, discursos y contextos institucionales en Brasil.

Palabras claves: Gastronomía; Consumo sostenible de alimentos, Alimentación sostenible, Sistema alimentario brasileño, Consumo ético.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do resultado de um projeto de pesquisa internacional, cujo objetivo foi investigar como é entendido o consumo sustentável de alimentos em 3 países do Sul Global - Brasil, China e África do Sul. Estes países, no momento da pesquisa, tinham um significativo crescimento econômico, com consequente aumento no consumo das classes médias, aumentando a pressão sobre o sistema ambiental.

O artigo apresenta resultados brasileiros do estudo, conduzido pela pergunta: Como é definido e colocado em prática o consumo sustentável de alimentos? Se dedica à compreensão desta questão pelo que chamamos de informantes-chave do sistema alimentar - atores representantes do governo federal, organizações da sociedade civil, empresas varejistas e/ou atacadistas, restaurantes e/ou hotéis e mídia (digital/impressa e celebridades).

O projeto de pesquisa também investigou os discursos das classes médias no Brasil para a mesma pergunta, inclusive da “nova” classe média, sendo este objetivo de outro artigo.

A pesquisa de campo foi realizada entre setembro de 2018 a abril de 2019, portanto, antes da pandemia que provocou problemas agudos na segurança alimentar e colocou o Brasil novamente no mapa da fome da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação da Agricultura), mapa do qual o país havia saído em 2014.

Para os resultados apresentados aqui, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 30 dos principais informantes-chave do sistema alimentar do país, evidenciando como estes atores compreendem o consumo sustentável de alimentos, resultados que podem colaborar com o preenchimento de uma lacuna na construção de conceito de consumo sustentável de alimentos definido por uma perspectiva enraizada no contexto nacional, ampliando a definição de consumo sustentável sobre o tema.

Diversos estudos na temática do consumo sustentável de alimentos o associam ou tem como pressuposto a possibilidade de escolha por parte dos consumidores. Há, comumente, associações às ideias de origem – escolhas relacionadas aos impactos sociais e ambientais da produção dos alimentos -; de distribuição justa; de redução de desperdícios na produção, distribuição e consumo; assim como dos impactos da qualidade nutricional dos alimentos sobre a saúde dos consumidores.

No estudo de campo do Brasil, o consumo sustentável de alimentos foi definido pelos entrevistados de diferentes maneiras agrupadas nas análises sob três discursos subjacentes

principais, não excludentes, a saber: acesso; saúde e re-conhecimento, que serão desenvolvidos na seção de resultados.

As descobertas brasileiras revelam, mesmo quando não o citam, o alinhamento das percepções dos entrevistados com o Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014) que amplia a visão sobre consumo sustentável de alimentos, considerando o contexto institucional, social e todo o conhecimento acumulado na evolução das discussões no país.

Assim, além desta introdução, a seção consumo sustentável apresenta um levantamento bibliográfico do tema, em seguida a metodologia da pesquisa, logo após os resultados e análises e, por fim, as considerações finais.

CONSUMO ÉTICO E SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS

O debate sobre sustentabilidade e consumo esteve associado, ao longo dos anos, ao crescimento populacional e desenvolvimento econômico que desencadearam impactos nocivos ao meio ambiente e às pessoas nos diversos países do mundo. Principalmente após as discussões na Rio-92 e a criação de instâncias globais de monitoramento e fomento como a UNCTAD/ONU - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento -, somado a governos, organizações da sociedade civil, cientistas e acadêmicos do mundo todo, vem investigando o chamado desenvolvimento sustentável, a dizer, aquele que é capaz de produzir a partir de recursos naturais e sociais sem que os esgote em razão das suas condições de exploração, diante das demandas das gerações futuras.

Especificamente em relação aos padrões de consumo das sociedades, o objetivo de desenvolvimento sustentável número 12 (PNUD, 2016) adiciona à reflexão da produção, a dimensão do consumo responsável, propondo metas que tratam desde a redução do desperdício e incentivo de compras públicas até a garantia de informações qualificadas sobre estilos de vida sustentáveis. Os objetivos são parâmetros de atuação que, ao serem adotados nos países como referências às suas políticas públicas, devem ser contextualizados, ou seja, devem considerar as particularidades históricas, socialmente construídas no território, em torno da produção e consumo, como os alimentos.

Partindo de diferentes áreas do saber, nota-se um crescente número de pesquisas relacionadas ao consumo dito 'sustentável', 'ético', 'responsável' ou 'consciente' (BARNETT, CLOKE, CLARKE, & MALPASS, 2010; BARNETT, CLARKE, & CLOKE, 2017; JACKSON, 2010; NEWHOLM & SHAW, 2017). Tais estudos, internacionalmente reconhecidos como de referência no campo temático, tem como denominador comum a compreensão de que tanto as formas habituais quanto as intencionalmente éticas e políticas de consumo sustentável são moldadas pelos contextos político-econômico e sociocultural no qual estão imersas.

Alguns destes estudos têm revelado a importância de se analisar a chamada 'paisagem ético alimentar' – *ethical foodscape* – (GOODMAN, MAYE, & HOLLOWAY, 2010). Explorando uma complexa rede de influências que impacta o que se entende por comida 'boa/ética', esta literatura enfatiza que tal paisagem ético alimentar é contingencial, ou seja, responde a um determinado espaço tempo, compreensão centrada nos territórios que aponta para uma série de elementos que vão desde as grandes instituições tais como o mercado varejista de alimentos (FRIEDBERG, 2004; HUGHES, 2005) até preocupações mais amplas sobre qualidade e

propriedade dos produtos (EDEN, BEAR, & WALKER, 2008) ou diferentes motivações pessoais que perpassam preocupações ambientais e de saúde (JACKSON, 2010). De forma geral, explorar a paisagem ético alimentar é reconhecer o consumidor ético enquanto indivíduo imerso em um contexto social e material que exerce forte influência sobre suas escolhas e o que entende por 'alimento sustentável'. Como afirmam Barnett et al. (2010), para pensarmos consumo ético, é necessário compreendê-lo em meio às práticas cotidianas, discursos e contextos institucionais.

No Brasil, estudiosos do campo do consumo sustentável tem se debruçado sobre a politização do consumo (BARBOSA & VELOSO, 2014; CASTAÑEDA, 2012; PORTILHO, 2005, 2009) e o contexto institucional (ARIZTIA ET AL., 2016, 2014). No primeiro caso, os autores relacionam as noções de consumo, ação política e sustentabilidade. Barbosa & Veloso. (2014), por exemplo, investigam as negociações em torno de práticas enraizadas no dia a dia dos brasileiros tais como consumo de energia, noção de limpeza e abundância por trás do desperdício. Na segunda abordagem, Ariztia et al. (2014) revisam a trajetória institucional do consumo sustentável no Brasil trazendo os primeiros resultados de uma pesquisa que investigava o papel das políticas públicas e responsabilidade social corporativa no consumo ético. Dois anos depois, Ariztia et al. (2016) acrescentam à análise do contexto institucional as dimensões críticas da compreensão do consumo sustentável 'do Norte Global' mapeadas a partir da análise de discurso sobre práticas cotidianas de consumo. Os autores revelam nuances na compreensão do que se entende por consumo sustentável no Brasil apontando a associação da sustentabilidade com noções de 'comida que atende a necessidades básicas' e que esteja ligada à nutrição e saúde do corpo.

No Brasil, a definição de consumo ético de alimentos enfatiza aspectos que vão desde assegurar direitos básicos a alimentação, perpassando noções de saúde e educação do consumidor até práticas socioculturais negociadas no dia a dia da população brasileira. Demandando uma compreensão complexa e enraizada, tal qual a proposta dos estudos sobre paisagem ético alimentar, o entendimento do consumo sustentável de alimentos a partir do contexto institucional brasileiro atravessa questões sociais, econômicas e ambientais. A compreensão do cenário institucional que ancora a noção brasileira de consumo sustentável de alimentos requer a contextualização das políticas e iniciativas brasileiras de produção e acesso ao alimento associando noções de consumo sustentável com segurança alimentar. Cabe ressaltar o conceito de segurança alimentar e nutricional proposto por Maluf, Menezes, & Marques (2010) e definido durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, que consiste na:

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2013).

O Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014) pode ser considerado o símbolo de todo o processo de definição da segurança alimentar enquanto um dos eixos de desenvolvimento nacional. Produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (NUPENS) e Organização Pan-Americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), o Guia é

um manifesto em defesa do direito ao “acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação, sem comprometer os recursos para assegurar outros direitos fundamentais, como saúde e educação” (BRASIL, 2014, P.8). Ao descrever cada um destes aspectos, o Guia remete direta ou indiretamente à trajetória percorrida por diferentes iniciativas que entre os anos de 2003 e 2014 encontraram acolhida institucional no governo federal. Tal acolhida pode ser observada no desenvolvimento de políticas voltadas para universalização do acesso à educação e serviços de saúde, fomento à agricultura familiar, incremento da renda dos mais pobres, criação de equipamentos de comercialização de alimentos *in natura* ou minimamente processados a preços acessíveis e à oferta de refeições saudáveis nas escolas (BRASIL, 2014).

Como exemplo, a temática de acesso físico e econômico ou meios para obter essa alimentação foi trabalhada pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária na consolidação de redes de produção, comercialização e consumo de alimentos. Ao referir-se à alimentação adequada e saudável como aquela que deriva de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável, por exemplo, o Guia enuncia as bases pelas quais tanto as políticas de fomento à agricultura familiar de base agroecológica, quanto de ações para o consumo sustentável foram pensadas até aquele momento. Neste âmbito, é importante citar a criação do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (BRASIL, 2011) e do Programa de Aquisição de Alimentos (BRASIL, 2003) - parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – que além de promover o acesso a alimentos, priorizou a agricultura familiar nas compras públicas destes itens.

Explorando o referencial teórico que trata da sustentabilidade do sistema alimentar brasileiro, é possível notar a influência das discussões propostas por pesquisadores da área de ciências sociais (MALUF, 2006; MALUF *ET AL.*, 2010) e saúde coletiva (JAIME *ET AL.*, 2018; MONTEIRO *ET AL.*, 2015; MONTEIRO & CANNON, 2012; MONTEIRO, 2000). Maluf *et al.* (2010), por exemplo, associam já no começo dos anos 2000 as noções de consumo sustentável com segurança alimentar e propõem que a segurança alimentar seja um eixo de desenvolvimento que permeie as políticas públicas nos mais diversos setores e dimensões governamentais, sejam em saúde, agricultura, meio ambiente ou economia (MALUF *ET AL.*, 2010). Monteiro *et al.* (2015) e Jaime *et al.* (2018), por sua vez, enfatizam a importância de políticas públicas integradas, centradas na informação e acesso à alimentação adequada e saudável, tendo como premissa a noção de sistema alimentar sustentável. Sobre os desafios que a mudança corrente dos hábitos alimentares representa no crescimento exponencial de obesidade e doenças relacionadas, este grupo de autores defende a construção de um sistema público de proteção social comprometido com o direito humano à saúde e à alimentação adequada.

Maluf *et al.* (2010) propõem uma reflexão crítica sobre a produção de alimentos e equidade social para além da oferta ou disponibilidade de alimentos, considerando os aspectos sociais, econômicos, espaciais e ambientais da produção e do abastecimento alimentar. Monteiro & Cannon (2012) trazem foco nos impactos na saúde da população brasileira causados pelo controle cada vez maior da grande indústria alimentícia em toda a cadeia produtiva, que engloba produção, distribuição e consumo dos alimentos. Neste sentido, os dois trabalhos reforçam as limitações impostas pelos padrões de consumo direcionados pela grande indústria e apontam para a importância de ações de educação alimentar e nutricional associadas a

políticas públicas que assegurem o suprimento seguro e sustentável de alimentos em quantidade e qualidade adequadas para todos – principal abordagem realizada na segunda edição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012).

METODOLOGIA

Foram aplicados métodos qualitativos de coleta e análise de resultados, realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas sustentabilidade, consumo sustentável e sistema alimentar no Brasil e o mapeamento dos setores de maior influência. A partir disto, foram selecionados informantes-chave (*key-informants*) baseados em consultas a relatórios de políticas públicas, campanhas e estratégias de negócios de empresas, iniciativas populares, campanhas da sociedade civil e publicações *online* de mídias digitais e impressas, assim como de celebridades e influenciadores digitais na área de alimentação. Assim, elencou-se pessoas/instituições representativas de 5 setores chave no consumo alimentar sustentável brasileiro: governo, organizações da sociedade civil, empresas varejistas e/ou atacadistas, restaurantes e/ou hotéis, e mídia digital e/ou impressa. Foi elaborado um roteiro de entrevista e um questionário semiestruturado. Entre os meses de setembro de 2018 a abril de 2019, foram entrevistados 30 informantes-chave: 8 ativistas e/ou representantes de organizações da sociedade civil, 8 representantes do governo, 5 proprietários de restaurantes, 5 representantes de mercados varejistas e/ou atacadistas, e 4 personalidades da mídia e/ou celebridades.

Quanto ao cronograma da pesquisa, devido às eleições presidenciais no final de 2018 e previsão de mudanças ministeriais, as entrevistas com representantes do governo federal foram adiadas e realizadas entre março e abril de 2019 a fim de ter uma melhor visão da nova estrutura de programas e políticas governamentais.

Todas as entrevistas foram gravadas sob consentimento livre e esclarecido assinado pelos entrevistados. Em média, as entrevistas tiveram entre 1h e 2h de duração e ocorreram nos locais de trabalho dos entrevistados, entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo. A partir da gravação de áudio foi realizada a transcrição das respostas.

O tratamento dos dados coletados foi facilitado pelo *software* de análise qualitativa NVivo PLUS, que possibilitou a reunião e a codificação de dados das entrevistas transcritas e das notas do caderno de campo. Foram utilizadas categorias de análise em torno de temas como discursos e práticas, cadeia de suprimentos e gestão do sistema alimentar, entre outros. Posteriormente, a equipe brasileira passou a utilizar outros três códigos associados aos três discursos principais identificados no caso brasileiro: acesso, saúde e re-conhecimento.

RESULTADOS E ANÁLISES

No caso desta pesquisa, os resultados já são fruto de análises, uma vez que houve uma categorização *à priori* e novamente uma análise com categorização *à posteriori*, fruto dos principais discursos que emergiram das análises na primeira rodada. Tendo como base a afirmação de Barnett et al. (2010) sobre a necessidade de se pensar o consumo ético em meio às práticas cotidianas, discursos e contextos institucionais, os discursos apresentados pelos 30 entrevistados associados a diferentes setores do campo da alimentação brasileira, foram

analisados e agrupados nos três discursos principais: acesso; saúde; re-conhecimento. As ideias agrupadas sob a primeira categoria (acesso) têm em comum a abordagem de questões de distribuição de alimentos, renda e acessibilidade. As ideias agrupadas sob o segundo discurso (saúde) foram mencionadas descrevendo a qualidade dos alimentos relacionados às ações preventivas de saúde e às intenções das pessoas de se adequarem a estas ideias. Já o terceiro discurso tem como pressupostos a valorização da cultura alimentar tradicional e os desafios de acesso à informação alimentar.

Antes de explorar as nuances dos principais elementos do entendimento da sustentabilidade alimentar é importante destacar que elas foram observadas como diferentes pressupostos subjacentes usados indistintamente pelos entrevistados, ou seja, os informantes-chave não devem ser classificados entre esses três discursos, já que um mesmo entrevistado geralmente permeia as três percepções ao discutir comportamentos, políticas e programas, motivações e prioridades de sustentabilidade alimentar. Foi o caso, por exemplo, da discussão dos alimentos orgânicos, que ora teve como pressuposto a segurança alimentar e ora foi abordado sob a perspectiva da saúde.

Nesta sessão serão apresentadas as principais ideias, conhecimentos e práticas agrupadas em cada discurso.

Acesso

A escolha pela utilização do termo acesso para nomear esta categoria faz referência à reflexão crítica de Maluf *et al.* (2010) quando discutem o conceito de segurança alimentar como algo a ser compreendido para além da oferta ou disponibilidade de alimentos. Isto porque, apesar de muitas vezes os entrevistados utilizarem termos como segurança alimentar ou sustentabilidade, o pano de fundo da discussão era, em sua maioria, a garantia do acesso físico e econômico a alimentos saudáveis.

As ideias agrupadas sob o discurso denominado acesso, demonstram uma preocupação comum em abordar a questão da distribuição de alimentos diante da renda da população e da acessibilidade nos mercados locais. Embora as lentes utilizadas pelos entrevistados para olhar a mesma questão sejam diversas e muitas vezes influenciadas pela visão das instituições a que pertencem, eles explicam o que entendem por sustentabilidade fazendo uso das três variáveis: social, ambiental e econômica. Porém, ao explicarem as prioridades e direcionadores de suas instituições focam (prioritariamente) no aspecto econômico da sustentabilidade revelando, primeiramente, preocupação com acessibilidade, mas não deixando de tratar de aspectos tais como bem-estar dos agricultores, circuitos-curtos e desperdício de alimentos. Desta forma, as ideias agrupadas neste discurso apontam para o fato de oferta e disponibilidade de alimentos ainda seguirem como uma das principais preocupações quando se trata de alimentação sustentável. É importante destacar que as demais variáveis do tripé da sustentabilidade, em especial o meio ambiente, foram mencionadas também sob o prisma econômico, reforçando a ideia de sustentabilidade em resposta à acordos de comércio internacional e como forma de garantir a produtividade da terra. Isso pode ser visto em declarações como citada abaixo:

[o governo] teve a ideia de trazer a questão ambiental para cá, mas é um tanto incompatível, poderia ser vista de fora como uma 'raposa tomando conta do galinheiro'. Em função disso, foi decidido deixar o Ministério do Meio Ambiente [sobre

a dissolução do Ministério do Meio Ambiente], por uma razão mais política (ENTREVISTADO 3).

Não se trata de sustentabilidade porque quero produzir um produto sustentável, mas sim pela sua [produtor] sobrevivência. É uma questão econômica porque vai faltar produtividade em cinco, dez anos, se matar o terreno (ENTREVISTADO 14).

Outras ideias também foram associadas à sustentabilidade alimentar, como por exemplo, a referência ao sistema brasileiro de distribuição de alimentos, seja elogiando o fato de a distribuição de alimentos ser privada (ENTREVISTADO 4) como apontando para este mesmo fato como uma das principais razões para a falta de oferta de comida segura e saudável no Brasil (ENTREVISTADOS 5, 6, 27). Os entrevistados apontam as grandes redes atacadistas e varejistas como as responsáveis por fazer chegar comida nas prateleiras dos supermercados demonstrando sua importância (HUGHES, 2005; FRIEDBERG, 2004) na composição da paisagem ético alimentar brasileira (GOODMAN, MAYE, & HOLLOWAY, 2010), definindo o tipo de alimento ofertado para consumo do brasileiro médio.

Neste discurso foram também citados os alimentos orgânicos e agroecológicos como sendo sustentáveis, saudáveis e seguros, mas criticados como produtos caros e de difícil acesso. Na Entrevista 14, por exemplo, é apontado que: "Alimentos sustentáveis são alimentos mais caros, longe da realidade de muitas pessoas", e na Entrevista 10 é afirmado que "a classe média ou as pessoas com menor poder aquisitivo têm essa percepção de que alimentos orgânicos e agroecológicos são exclusivos para quem tem mais dinheiro". Tais afirmações reforçam e corroboram com os resultados da pesquisa apresentada por Ariztia *et al.* (2016) que indicam a utilização do termo orgânico como sinônimo de alimento ético, saudável e sustentável, e crítico quanto ao custo e disponibilidade desse tipo de oferta.

Quando se trata de alimento orgânico, a qualidade dos alimentos devido à ausência do uso de agrotóxicos, é o que sobressai. As duas citações abaixo ilustram os significados atribuídos às palavras:

Orgânico é um alimento que precisa ser cultivado sem prejudicar os recursos naturais. O homem que trabalha no campo tem seus direitos trabalhistas assegurados, ele valoriza a colheita dos alimentos, a comida é menos embalada, então isso se enquadraria no que seria o conceito de sustentável, ético e saudável (ENTREVISTADO 23).

Um produto agroecológico, para mim, resume a síntese de um alimento seguro e sustentável. ... Significa um produto livre de venenos, um produto cultivado de forma responsável em relação ao meio ambiente e também comercializado de forma justa, em relação ao produtor. Acho que a base de uma alimentação segura e saudável deve ser vegetais, frutas, feijão. São alimentos bons para a saúde, mas quando são cultivados de forma agroecológica ficam ainda melhores (ENTREVISTADO 16).

Quanto a oferta de alimentos de qualidade, os entrevistados indicam que entre as camadas de menor renda, mesmo em áreas urbanas, o acesso reduzido não se dá apenas ao orgânico, mas ao alimento mais saudável e menos industrializado. Alguns entrevistados apontam que interesses econômicos e localização geográfica (de produção e consumo) influenciam no preço e na disponibilidade de determinados produtos em mercados próximos ao consumidor, como na Entrevista 5, ressaltando que em determinadas localidades do país - especialmente nos espaços da cidade -, não só o acesso ao alimento saudável é escasso, como

a oferta e propaganda de ultraprocessados é abundante, o que caracteriza os “pântanos alimentares”¹:

Apesar dos recursos financeiros, os desertos alimentares são o espaço onde você não tem uma opção saudável, mesmo que queira escolher mais saudável. Vemos isso claramente nos centros urbanos ... O problema aumenta na medida em que a renda diminui devido ao pântano alimentar: baixa oferta de alimentos saudáveis, minimamente processada, alta oferta de propaganda de alimentos não saudáveis a preços mais baixos; é uma competição desigual do ambiente (ENTREVISTADO 5).

Saúde

Assim como discutido por Ariztia *et al.* (2016) sobre a associação de sustentabilidade com noções de nutrição e saúde do corpo, a segunda categoria agrupa as ideias relacionadas a questões de saúde e de condicionamento físico associadas ao alimento seguro e nutritivo. Quando associado à saúde, o entendimento dos entrevistados sobre a sustentabilidade dos alimentos aponta para a qualidade dos mesmos no sentido da prevenção de doenças e de características associadas ao frescor e a maneira de preparar a comida, privilegiando a comida caseira e menos processada, geralmente citando vegetais e frutas como exemplos de alimentos sustentáveis. Vale lembrar as afirmações sobre alimentos orgânicos e agroecológicos que são vistos como “ideais” do ponto de vista ambiental e social, enfatizando sua estreita associação com a saúde (ver citação da Entrevista 16, acima). A prática do vegetarianismo foi mencionada com frequência pelos entrevistados, entendida por eles como um comportamento preventivo à saúde.

Outra referência à saúde esteve ligada à aptidão física e à estética corporal (*fitness*²). Geralmente associada às intenções das pessoas de estarem em forma, é nesse campo que são mencionados alimentos sem glúten e sem lactose, entre outros. Dentre as tendências atuais de alimentos sustentáveis que impulsionam os alimentos vendidos em suas lojas, um dos entrevistados, cita:

(...) produtos sem glúten, principalmente para lanches, para produtos convenientes e fáceis de consumir, mas o que podemos dizer que é uma tendência hoje e que está se fortalecendo aqui é a dieta paleolítica, a dieta cetogênica, onde há restrição de consumo de carboidratos, priorização no consumo de proteínas (ENTREVISTADO 23).

Percebe-se que termos associados à praticidade e comodidade foram usados durante as entrevistas como forma de descrever a qualidade do alimento. Complementos alimentares e produtos processados foram citados por alguns como saudáveis, mas os aspectos que emergiam dos discursos estavam relacionados, por exemplo, à praticidade ou ao fato de serem fontes de proteína.

Em relação aos influenciadores de hábitos de consumo de alimentos saudáveis, tal como apontado por Ariztia *et al.* (2014) e detalhado por Monteiro *et al.* (2015) e Jaime *et al.* (2018), algumas políticas públicas, principalmente as integradas e centradas na informação e

¹ Ecossistemas alimentares marcados pela escassez de comércio de comida saudável e que, em contrapartida, possuem abundância de produtos altamente calóricos com poucos nutrientes (Aparecida Borges, Cabral-Miranda & Jaime, 2018).

² A palavra inglesa se refere à nutrição funcional, voltada à adequação ou aptidão do corpo a determinado propósito, como de emagrecimento, hipertrofia muscular ou performance esportiva.

acesso à alimentação adequada e saudável, foram indicadas por sua influência no consumo sustentável de alimentos. Como exemplo, os entrevistados compreendem a importância das políticas públicas como o Plano Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Além disso, citam a importância da regulação sobre a rotulagem da quantidade de açúcar e sal e sobre o uso de pesticidas na produção agrícola.

Ainda assim, a força da indústria alimentícia é percebida na mesa dos consumidores de maneira geral, segundo alguns entrevistados, devido ao lobby da indústria junto ao governo e ao poder de propaganda na mídia, seja ela tradicional ou digital, influenciando as escolhas dos consumidores. Na Entrevista 6, por exemplo, foram apontados os desafios relacionados as grandes diferenças de espaço na mídia entre campanhas de educação alimentar do governo e propaganda da indústria alimentícia, denunciando o poder do lobby da indústria na definição do que se entende por comida saudável e, conseqüentemente, na decisão de consumo. Este entrevistado aponta que embora a televisão aberta tenha sido uma concessão do governo, o governo ainda precisa pagar preços altos pela veiculação de campanhas públicas de saúde e nutrição, o que o impede de compartilhar informações de qualidade sobre alimentos pelos mesmos canais:

Quem paga a mídia hoje em dia é a indústria de alimentos. Considerando que o consumidor de classe média, com todas as suas limitações de vida, rotina e educação, ele pensa que está fazendo a melhor escolha de comida, não pode ver o outro lado para pensar sobre isso. O processo reflexivo se torna um pouco fraco; você se inclina apenas para um lado (indústria) (ENTREVISTADO 6).

Isto dialoga com as críticas apresentadas por Monteiro & Cannon (2012) sobre os impactos na saúde da população brasileira causados pelo controle cada vez maior da grande indústria alimentícia em toda a cadeia produtiva, que engloba produção, distribuição e consumo dos alimentos.

Re-conhecimento

Para diversos entrevistados, o consumo sustentável dos alimentos no contexto brasileiro está associado à valorização da cultura alimentar tradicional e aos desafios e oportunidades de acesso à informação alimentar. Para abarcar este discurso, optou-se pela utilização da palavra re-conhecimento, que carrega um duplo significado, contemplando a importância dada pelos entrevistados ao processo de re-visitar e valorizar as formas tradicionais de se alimentar no Brasil, assim como a oportunidade de conhecer/ter acesso às informações qualificadas sobre alimentos.

Em consonância com os princípios do Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014) e com as discussões trazidas por Maluf *et al.* (2010) e Monteiro *et al.* (2015), os resultados agrupados sob esta categoria revelam a importância de, para além da associação estreita de saúde com a contagem de nutrientes, incluir as dimensões social e ambiental na compreensão da sustentabilidade dos sistemas alimentares. Sobre isso, a Entrevista 5 reforça:

A comida é muito mais do que ingerir nutrientes e esta é a mensagem do Guia... As pessoas querem sabores, experiências, a sua própria história; é por isso que a tradição alimentar é muito abordada, a comida da vovó é muito falada. Refere-se à mensagem do Guia, ... a escolha de alimentos como uma escolha política (ENTREVISTADO 5).

Utilizando termos como 'comida de verdade' e 'comida da vovó', os entrevistados, sobretudo os representantes de governos e organizações da sociedade civil, fizeram referência a valorização da cultura alimentar tradicional em contraposição ao crescimento exponencial do consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil.

Segundo o Entrevistado 5, em comparação com outros países, "o Brasil ainda mantém grande parte da cultura alimentar, mas quando olhamos para dentro do país e para a velocidade do aumento do consumo de ultraprocessados, da perspectiva das tendências de consumo, isso nos preocupa". Enfatizando a importância de fazer frente ao fato dos padrões alimentares brasileiros serem cada vez mais direcionados pela indústria de alimentos, os entrevistados apontam para soluções que dialogam com as apresentadas por Maluf *et al.* (2000) e Monteiro & Cannon (2012), que defendem a importância de ações de educação alimentar e nutricional associadas a outras políticas que garantam o acesso a informações qualificadas sobre os alimentos, sejam eles nas embalagens ou na regulamentação de propagandas. Tais como apresentadas em saúde, o re-conhecimento está associado à informação sobre os alimentos influenciando as escolhas de consumo e chegando à mudanças na cultura alimentar.

Assim como defendido no princípio 5 do Guia Alimentar (BRASIL, 2014), foi possível identificar na fala de vários entrevistados o impacto que o acesso ao conhecimento alimentar tem nas escolhas de consumo. No entanto, extrapolando criticamente a ideia de acesso a informações confiáveis sobre características dos alimentos e autonomia para se fazer boas escolhas alimentares, alguns entrevistados apontam para a estreita relação entre conhecimento alimentar, desigualdades e "poder". Sob diferentes perspectivas, ao explicar como o acesso à informação de qualidade desempenha um papel fundamental na escolha de alimentos, grande parte dos informantes-chave associaram este acesso como um privilégio. Outros entrevistados enfatizaram como o discurso sustentável sobre alimentos também reforça a divisão social e as desigualdades brasileiras, uma vez que geralmente defende-se um tipo de alimento que nem todos podem pagar e ter acesso, como no item a) acesso. Criticamente abordando esse problema, o Entrevistado 27 afirma:

A sensação é que você está tendo um tipo de apartheid alimentar, no qual a comida que você defende é a que chega em sua casa, não a que chega na minha ... É por isso que digo: esse conhecimento, educação sobre a transformação que a comida traz vai estragar tudo. As periferias e as pessoas estão muito perto de entender o que está acontecendo. E quando elas entenderem, isso não vai passar mais despercebido (ENTREVISTADO 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve foco sobre resultados brasileiros de uma pesquisa internacional realizada no Brasil, China e África do Sul sobre consumo sustentável de alimentos a partir de entrevistas em profundidade com 30 informantes-chave do sistema alimentar brasileiro. Estes atores buscaram representar 5 setores relacionados à produção e consumo alimentar: governo, sociedade civil, supermercados, restaurantes e mídia (digital/ impressa e celebridades). Este trabalho explicitou como estes atores entendem o consumo sustentável de alimentos, sua definição e sua prática no Brasil.

Discursos fortemente alinhados ao Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014) emergiram nos resultados: os informantes-chave da pesquisa consideram o alimento sustentável como aquele saudável, ao qual todos os brasileiros tenham acesso diariamente. Especificamente 3 categorias de discursos subjacentes emergiram nas entrevistas desta fase, de maneira complementar: o acesso/ disponibilidade aos/dos alimentos, as decisões de consumo baseadas em saúde e o que chamamos de re-conhecimento, englobando a cultura alimentar tradicional e o acesso à informação alimentar.

Conforme visto, estes três discursos apontam para as principais preocupações institucionais brasileiras para alavancar mudanças para a democratização ou a possibilidade de consumo ético e sustentável no país. A principal preocupação aponta para as dificuldades de acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis para toda a população, limitada por renda, mas também, e fortemente, influenciada por aspectos de mercado. A grande indústria de alimentos, segundo a pesquisa, fábrica, distribui e faz lobby a favor de produtos ultraprocessados – às vezes, contraditoriamente, identificados como saudáveis - e as grandes redes de supermercados detêm o controle de etapas fundamentais do abastecimento e consequentemente do acesso ao alimento em todo o país. Estes setores são responsáveis por altos investimentos em propaganda online e offline de seus produtos em contraposição (assimétrica) com as campanhas governamentais de educação alimentar e nutricional.

Os aspectos acima influenciam fortemente os dois outros discursos que emergiram da pesquisa: as decisões de consumo são limitadas pela renda e também pelo acesso à informação (re-conhecimento) emulados pela distribuição e comunicação de alimentos industriais e, mesmo intencionando adquirir produtos alimentícios adequados à sua saúde, o consumidor, de uma maneira geral, necessita ser (muito) proativo para reconhecer as diferenças entre as diversas categorias de produtos oferecidos no mercado de uma maneira geral. Somam-se a estes, os aspectos de acesso e preço (tido como caro) dos produtos de boa qualidade: pouco processados, orgânicos e/ou agroecológicos.

Estes aspectos somados podem tornar turvas as razões de decisão de consumo sustentável de alimentos no país. Não se trata apenas de reivindicar o poder de escolha do consumidor, uma vez que ele está submetido à diversos limites de acesso/ renda, do próprio mercado e sua lógica e de informação.

A principal contribuição deste trabalho, na categorização dos discursos subjacentes que emergiram dos informantes-chave, foi agrupar aspectos já colocados em diversos estudos separadamente - e também em políticas públicas -, dando-lhes um caráter mais orgânico. Esta contribuição enriquece o debate acadêmico na contextualização de uma formulação de conceito de consumo sustentável de alimentos considerando o ambiente institucional do país e seu rico acúmulo da temática, ou seja, considerando suas especificidades históricas, culturais, econômicas e políticas.

Os resultados desta fase sinalizam ainda que investigações no contexto de países do Sul Global podem ampliar as possibilidades de reflexão sobre a alimentação sustentável para além da produção acadêmica do Norte Global, por suas evidentes especificidades contextuais. Explorar estes aspectos no Sul Global permite ampliar o diálogo e enriquecer a compreensão teórica forjada no Norte, cuja trajetória, cultura e história são distintas, permitindo libertar

narrativas advindas de países do Sul – tais como Brasil – para definições e conceitos mais apropriados ao cotidiano e realidade dos mesmos.

Como já afirmado por Ariztia *et al.* (2016), o consumo sustentável que se refere ao Sul pode ser entendido como a comida que atende às necessidades básicas – aspecto que não pode ser negligenciado numa abordagem conceitual mais ampla pois traduz a realidade do Brasil e de muitos outros países ditos do Sul Global, muitos dos quais voltam a lidar com a fome – antes superada - em tempos de pandemia, como é o caso do Brasil.

Esta pesquisa desvelou os discursos de representantes do sistema alimentar brasileiro. Acreditamos que o resultado deste estudo, além de colaborar com a discussão da compreensão do consumo ético alimentar no país de forma contextualizada, também permita realizar futuras comparações entre países, especificamente entre Brasil, África do Sul e China - o que será realizado pelo projeto – contribuindo para o enriquecimento das discussões globais no tema. O projeto também se debruçou, sobre as mesmas questões em entrevistas e acompanhamento etnográfico com famílias e consumidores individuais de classe média na cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender o que promove e o que limita o consumo, assim como quais as alavancas para mudanças transformativas desde a perspectiva da ética e da sustentabilidade, cujo resultado será transformado em artigo em breve.

Compreendendo que as políticas públicas e as estruturas de produção e distribuição de alimentos são moldadas nos contextos político-econômicos e sociocultural no qual estão imersas (BARNETT, CLOKE, CLARKE, & MALPASS, 2011; BARNETT, CLARKE, & CLOKE, 2017; JACKSON, 2010; NEWHOLM & SHAW, 2017), e que a pesquisa cujos resultados foram apresentados neste artigo foi realizada à época de mudança da presidência da república para um governo de oposição às políticas conduzidas nos últimos 15 anos, incentiva-se que outras pesquisas complementares sejam realizadas com o objetivo de compreender as mudanças ocorridas em torno das percepções sobre o consumo sustentável de alimentos.

Por fim, as categorias acesso, saúde e re-conhecimento oferecem potencial para serem trabalhadas pela gastronomia. Desta forma, restaurantes e ambientes de alimentação podem transformar-se, como já é possível observar em algumas capitais, em ambientes pedagógicos sobre alimentação sustentável, oferecendo, em sua operação e marketing, informações sobre saúde, valorização da cultura alimentar tradicional, origem e benefícios dos alimentos e dos cardápios, colaborando para a democratização da informação sobre a cadeia alimentar e/ou como vetores e estímulo da possibilidade de consumo ético e sustentável de alimentos para uma parcela maior da população.

REFERÊNCIAS

- ARIZTIA, T., KLEINE, D., MARIA DAS GRAÇAS, S. L., AGLONI, N., AFONSO, R. & BARTHOLO, R. Ethical consumption in Brazil and Chile: Institutional contexts and development trajectories. **Journal of Cleaner Production**, 63, 84-92, 2014.
- ARIZTIA, T., KLEINE, D., BARTHOLO, R., BRIGHTWELL, G., AGLONI, N. & AFONSO, R. Beyond the “deficit discourse”: Mapping ethical consumption discourses in Chile and Brazil. **Environment and Planning A**, 48(5), 891-909, 2016.
- BARBOSA, L. & VELOSO, L. Consumption, domestic life and sustainability in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, 63, 166-172, 2014.
- BARNETT, C., CLOKE, P., CLARKE, N. & MALPASS, A. **Globalizing Responsibility: The Political Rationalities of Ethical Consumption**. John Wiley & Sons, 2010.
- BARNETT, C., CLARKE, N. & CLOKE, P. Whatever happened to ethical consumption? **Journal of Consumer Ethics**, 1(1), 5-11, 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF, 2013. Disponível em https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 5 Mai 2022
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF, 2014. Disponível em https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 05 Mai 2022
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em <https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/go-producao-e-consumo-sustentaveis.html?download=936:plano-de-acao-para-producao-e-consumo-sustentaveis-no-brasilvolume-1> Acesso em: 05 Mai 2022
- CASTAÑEDA, M. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. **Caderno CRH**, 25(64), 147-160, 2012.
- EDEN, S., BEAR, C. & WALKER, G. Mucky carrots and other proxies: problematising the knowledge-fix for sustainable and ethical consumption. **Geoforum** (39) 1044-1057, 2008.
- FREIDBERG, S. The Ethical Complex of Corporate Food Power. **Environment and Planning D: Society and Space**, 22(4), 513-531, 2004.
- GOODMAN, M.K., MAYE, D. & HOLLOWAY, L. Ethical foodscapes? Premises, promises, and possibilities. **Environment and Planning A**. 42 1782-1796, 2010.
- HUGHES, A. Geographies of exchange and circulation: alternative trading spaces. **Progress in Human Geography**, 29(4), 496-504, 2005.
- JACKSON, P. Food stories: consumption in an age of anxiety. **Cultural Geographies**. (17) 147-165, 2010.

JAIME, P. C., DELMUÊ, D. C. C., CAMPELLO, T., SILVA, D. O. & SANTOS, L. M. P. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23, 1829-1836, 2018.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e fome no Brasil—10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. **Ceresan**, Relatórios Técnicos, (2), 2006.

MALUF, R. S., MENEZES, F. & MARQUES, S. B. **Caderno "Segurança alimentar"**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Repositório, 2010. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_oogvxlxeoqozwx7haog934vgwlj72d2.pdf . Acesso em: 10 Mai 2022

MONTEIRO, C. A. Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças. In **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças** (pp. 435-435), 2000.

MONTEIRO, C. A. & CANNON, G. The impact of transnational "big food" companies on the South: a view from Brazil. **PLoS Med**, 9(7), 2012.

MONTEIRO, C. A., CANNON, G., MOUBARAC, J., MARTINS, A.P.B., MARTINS, C.A., GARZILLO, J., CANELLA, D.S., BARALDI, L.G., BARCIOTTE, M., LOUZADA, M.L., LEVY, R.B., CLARO, R.M & JAIME, P.C. Dietary guidelines to nourish humanity and the planet in the twenty-first century. A blueprint from Brazil. **Public Health Nutrition**, 18(13), 2311-2322, 2015.

NEWHOLM, T. & SHAW, D. Re-reading Voluntary Simplicity and the Ethics of Consumption. **Journal of Consumer Ethics**. 1(1), pp. 37-42, 2017.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos Ebape**, 3(3), 01-12, 2005.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, 8(15), 199-224, 2009.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030**, 2016. Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html> . Acesso em: 10 Mai 2022